

QUESTÕES ECOLÓGICAS EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*, DO ESCRITOR IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Estela Pereira dos Santos – psantosestela@gmail.com
Mestra em Letras – Estudos Literários (PLE-UEM) e graduada em Letras (UEM).

Evely Vânia Libanori – lieveorama@gmail.com
Doutora em Letras (UNESP/Assis). Docente do DTL-UEM e do PLE-UEM.

RESUMO: O romance *Não verás país nenhum* (2008), do escritor brasileiro Ignácio de Loyola Brandão, foi publicado nos anos 80 e até hoje é muito lido e impressiona seus leitores em função de seu caráter apocalíptico no que diz respeito às questões ecológicas. O narrador e personagem, Souza, conta-nos sobre aquilo que poderá vir a ser o nosso país, um total caos criado pelo próprio ser humano com o passar do tempo. No romance, há uma assustadora escassez de alimentos e água; a proibição de livre circulação da população; a opressão; o autoritarismo; a falsificação da história; o sol aniquilando vidas; a fome matando mais que o sol e, também, a forte presença da violência. Este artigo, portanto, tem como objetivo estudar as questões ecológicas que são apresentadas nesta obra literária, articulando dois conceitos teóricos: o conceito de ecocrítica, postulado pelo professor Greg Garrard no livro *Ecocrítica* (2006) e de violência objetiva, discutido pelo filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek no livro *Violência: seis reflexões laterais* (2014). Ao aplicarmos os conceitos de modo articulado, concluímos que romance de Brandão é permeado por catástrofes ambientais, oriundas do mau funcionamento do sistema político e econômico, em função do Capitalismo Global que exclui e aniquila direitos humanos fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE: *Não verás país nenhum*; Ecocrítica; Violência objetiva; Slavoj Žižek.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo o estudo das questões ecológicas apresentadas no romance *Não verás país nenhum* (2008), de Ignácio de Loyola Brandão, o qual foi lançado em 1981. Quando escrevia esta obra literária, Brandão declarou em seu diário que fazia um livro sobre o que poderia vir a ser¹. Há um tom apocalíptico no livro, sobretudo no que diz respeito a uma catástrofe ecológica, causada especialmente pela corrupção e má gestão de políticos, os quais instauram uma espécie de ditadura violenta e opressora em uma cidade identificada como sendo São Paulo.

Em seu livro *Protesto e o novo romance brasileiro* (2000), o crítico literário Malcolm Silverman declara que *Não verás país nenhum* é um romance de sátira política surrealista, ou seja, uma modalidade de romance que “concentra-se nas anomalias políticas” e que “procura criticar hiperbolicamente o ultraje da sobrevivência no presente, consequência dos excessos da ditadura e resultante da inépcia do governo” (SILVERMAN, 2000, p. 343). Além disso, para Silverman, tanto

¹ Esta informação está disposta na orelha do romance *Não verás país nenhum*, edição da Global Editora de 2008.

no que diz respeito à ecologia quanto à política, o romance é uma paródia da degradação da ordem estabelecida no país, do abuso do desmatamento e devastação da natureza, do controle da mídia e dos projetos arquitetônicos ufanistas e inúteis.

Diogo (2013, p. 287), por sua vez, buscou investigar até que ponto a ecologia está presente na obra de Brandão e se ela é um elemento estrutural importante. O autor conclui que o tema da depredação ambiental no romance “impõe-se como um elemento que o destaca das mais importantes distopias escritas até então cujo foco, geralmente, se concentra na denúncia de governos absolutos e opressores, na reificação do indivíduo ou na alienação deste à tecnologia e ao capital.

Acreditamos que tanto as questões ecológicas quanto as políticas estão dispostas na narrativa. Contudo, antes de adentarmos nesse assunto, faz-se necessário, primeiramente, a apresentação da fábula do romance, para somente depois adentrarmos em questões teóricas e críticas para estudar a obra literária a partir da articulação dos conceitos de ecocrítica, discutida e postulada por Greg Garrard no estudo *Ecocrítica* (2006) e de violência objetiva, por Slavoj Žižek em *Violência: seis reflexões laterais* (2014).

Em *Não verás país nenhum*, tudo é apresentado por um narrador-personagem, Souza, ex-professor universitário de História, afastado de seu posto pelo Esquema, um órgão composto por Civiltares, muito semelhante aos militares do período de ditadura no Brasil. O narrador apresenta o que é São Paulo, em um tempo sugerido como futuro próprio ao contexto de publicação do livro: trata-se de uma cidade completamente tomada pela poluição, devastação e desmatamento, onde não há mais rios, plantas e animais; desse modo, nesse meio hostil, as pessoas fazem de tudo para sobreviver, inclusive fazem uso da violência. São Paulo e o Brasil de modo geral são controlados e governados pelo Esquema que, como já mencionado, é uma espécie de força ditatorial muito semelhante àquela de 1964 que houve no país.

Em função da escassez de bens naturais e da presença da poluição, há fichas para água, a que poucas pessoas têm acesso, porque é preciso ter dinheiro para comprá-las, e fichas de circulação, pois cada um só pode circular em uma área pré-determinada e em um ônibus apenas, e essa circulação também depende de seu poder financeiro. Quanto mais pobre um sujeito é, mais poluídos, sujos e desumanos são os locais em que se pode viver e circular. Os carros já não são mais usados. Todos os alimentos são feitos em laboratórios. A água de rios passou de um bem natural a uma condição de atração artística rara, exposta em um museu de água de rios. A História é sempre reescrita nos livros, de acordo com ordens e critérios estipulados pelo Esquema.

Após experiências em laboratórios e explosões nucleares, grande maioria das pessoas ficaram doentes, as mulheres se tornaram estéreis e, desse modo, quase não existem crianças.

Pessoas de inúmeros lugares do país, de aparências estranhas, surgem fugindo do sol que tem aniquilado vidas, pois há bolsões de calor que, em segundos, fazem pessoas se tornarem pó. Muitas dessas pessoas são apresentadas como donos de uma aparência assustadora: existem os carecas que estão com a pele descascando, pessoas sem unhas, sem dentes ou sem nariz, sujeitos com ossos amolecidos, há os cegos ou aqueles que têm olhos saltados para fora e ficaram despencados e há, por fim, aqueles com furo na mão, que é o caso de Souza – grande maioria dessas anormalidades são oriundas da intensidade fatal do sol, da falta de água e de alimentos.

Além do que já foi mencionado, é importante destacar os Acampamentos Paupérrimos, um dos espaços do romance, onde os menos favorecidos habitam em condições desumanas: tudo é repleto de lixo, de restos descartados, de coisas que as pessoas jogam fora. Já aqueles que pertencem à classe média ou alta, vivem em outros espaços, como em apartamentos ou em condomínios de luxo, com medo de que as pessoas miseráveis invadam suas moradias e cometam assassinatos.

Para além das questões temáticas do enredo, pontuamos que, na obra, a linguagem empregada pelo narrador para expressar todo o caos existente em um espaço urbano conturbado, que se passa em um futuro próximo, mescla norma culta e coloquialismo, bem como neologismos. Ela também é seca, repleta de frases curtas e de parágrafos predominantemente curtos. Desse modo, fica a sensação de haver uma tentativa de colocar uma aparência de ordem, embora o universo em que Souza esteja inserido seja caótico. A narrativa é organizada, possui começo, meio e fim, mas, muitas vezes, Souza ignora o que está se passando, para buscar dar sentido ao que tem conhecimento; um exemplo é quando sua mulher desaparece, sem dar notícias e ele simplesmente ignora esse fato e tenta entender o que se passa além das paredes de sua casa, nas ruas.

Embora o romance de Brandão possua essa diegese tradicional, os capítulos tendem a constituir episódios isolados. A título de exemplificação, citamos capítulos que denotam esse caráter episódico: “Ao voltar para o emprego, Souza encontra uma novidade desagradável. O chefe, é claro, não fornece explicações. Chefes chefiam” (BRANDÃO, 2008, p. 95), “Perversidade ou espírito prático? Souza fica confuso quando é impedido de dar água a dois homens que morrem de sede” (BRANDÃO, 2008, p. 158), entre outros. Cada capítulo aponta, ao seu modo, a degradação constante da vida e do meio ambiente. Isso dá um caráter episódico ao romance, evidentemente não tão completo como acontece, por exemplo, no romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

A ECOCRÍTICA E A VIOLÊNCIA OBJETIVA

Dada a apresentação das questões ecológicas e, conseqüentemente, das questões políticas que permeiam todo o romance de Ignácio de Loyola Brandão, é possível passar a definir os conceitos de ecocrítica e de violência objetiva, os quais, de modo articulado, servirão de base para o estudo de *Não verás país nenhum*, com foco na representação do meio ambiente.

Greg Garrard, presidente da Associação para Estudos da Literatura e Meio Ambiente no Reino Unido e professor de Literatura na Universidade de Bath, discute de modo bastante amplo sobre a ecocrítica e seu objeto de estudo, em sua obra denominada *Ecocrítica* (2006). Trata-se de um campo relativamente novo de estudo na Teoria da Literatura. Dito em termos simples, a Ecocrítica é o estudo da relação entre a Literatura e o ambiente físico, ou seja, destaca-se como uma abordagem dos estudos literários centrada na Terra. É, ainda, de “uma modalidade de análise confessadamente política” (GARRARD, 2006, p. 14) que procura avaliar os textos e as ideias em seus termos de coerência e utilidade como respostas à crise ambiental existente em todo o mundo. O ecocrítico, portanto, busca textos que pontuam preocupações ambientais e rastreia ideias e representações ambientais onde quer que elas apareçam e nos textos literários dos mais variados gêneros.

Do ponto de vista acadêmico, a ecocrítica é dominada pela Associação para o Estudo da Literatura e do Meio Ambiente (ASLE), entidade surgida nos Estados Unidos que hoje tem importantes filiais em vários países, a qual “organiza conferências sistemáticas e publica um periódico que traz análise literária, textos de ficção e artigos sobre educação e ativismo ambientais” (GARRARD, 2006, p. 15). Nos últimos anos, a Associação tem se voltado para uma ecocrítica geral da cultura, fazendo estudos sobre textos científicos populares, cinema, televisão, arte, arquitetura e outros artefatos culturais, como parques temáticos, zoológicos e até *shoppings*, isto porque “Ela parte do pressuposto de que a ideia e a representação de natureza podem ser estabelecidas pela cultura” (JARDIM; LIBANORI, 2014, p. 114).

Articulado à ecocrítica, será utilizado, neste estudo, o conceito de violência objetiva, postulado pelo filósofo e psicanalista esloveno Slavoj Žižek. A violência, enquanto elemento constante nas sociedades, tem sido um tema bastante explorado por Žižek. Em livros como *Em defesa das causas perdidas* (2008) e *Vivendo no fim dos tempos* (2010), o pensador já havia mencionado o assunto, sempre citando Hannah Arendt, Giorgi Agamben ou até Walter Benjamin. Somente em *Violência: seis reflexões laterais* (2014), contudo, é que ele lançou mão de sua própria tipologia da violência, passando a empregá-la em suas publicações seguintes, como *Problemas no paraíso* (2015).

Para Slavoj Žižek, a violência está além dos casos evidentes presentes em nosso cotidiano. Defende que há uma violência ainda mais cruel e devastadora que se faz presente em toda sociedade. Para o filósofo, a violência pode ser subjetiva, simbólica ou objetiva (ou sistêmica). O primeiro tipo de manifestação diz respeito ao que conhecemos como violência física, isto é, os atos brutais que exercemos no outro, tão visível nas ruas, jornais e no cinema. O segundo tipo é uma violência na e pela linguagem, expressa por meio do discurso e, conseqüentemente, presente não só em diálogos entre pessoas, mas também nas estruturas obras artísticas.

O terceiro tipo, isto é, a violência objetiva, que é o que importa para este artigo neste momento, consiste nas conseqüências, em grande maioria catastróficas, do mal funcionamento dos sistemas político e econômico de uma cidade, estado ou país. Trata-se de uma violência “invisível, uma vez que ela sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (ŽIŽEK, 2014, p. 18). Esta violência é, ainda, denominada como “violência sistêmica”, pois corresponde à “violência inerente a um sistema: não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência” (ŽIŽEK, 2014, p. 24).

Historicamente, a noção de violência objetiva, a qual é sistêmica, assumiu suas formas de manifestação a partir do capitalismo, em função de seu desenvolvimento e de suas catástrofes. Assevera o estudioso Slavoj Žižek:

É aí que reside a violência sistêmica fundamental do capitalismo, muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta da violência social e ideológica: essa violência não pode ser atribuída a indivíduos concretos e às suas “más” intenções, mas é puramente “objetiva”, sistêmica, anônima (ŽIŽEK, 2014, p. 26).

Sendo assim, trata-se de uma violência de cunho social e, inevitavelmente, político, uma vez que se faz presente em situações de exclusão, opressão e repressão das classes menos favorecidas financeiramente e minorias, oriundas do mau funcionamento público e má gestão política.

A ecocrítica, aplicada ao romance *Não verás país nenhum*, será uma ferramenta para estudo de questões ecológicas apresentadas neste texto literário: a poluição, o desmatamento, o estado climático, a contaminação nuclear, a devastação e a falta de alimentos e água. A violência objetiva, por sua vez, vem a corroborar no estudo ao discutir como essas questões ecológicas, destacadas anteriormente, interferem na condição de vida dos personagens do romance e como, nesse sentido, dá-se a falta de direitos básicos aos sujeitos em decorrência de um mal funcionamento dos sistemas

político e econômico, o que caracteriza um ambiente hostil, um desespero na luta pela sobrevivência e, conseqüentemente, um sistema violento.

NÃO VERÁS PAÍS NENHUM: AS QUESTÕES ECOLÓGICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS VIOLENTAS

Embora o romance de Ignácio de Loyola Brandão tenha um tom apocalíptico e aprensivo, claramente, questões referentes à crise ecológica, o autor menciona em uma entrevista aos *Cadernos de literatura brasileira* (2001), do Instituto Moreira Salles, que nunca foi um militante e nunca foi um escritor ecológico: “por acaso, o tema entrou na minha vida e na minha obra” (CADERNOS, 2001, p. 55). Após o lançamento de *Não verás país nenhum*, houve uma espécie de assédio por parte dos movimentos ecológicos para que o autor entrasse para a política com uma plataforma de defesa do meio ambiente, mas ele não quis militar em defesa da bandeira ecológica, argumentou: “Minha política é escrever livros” (CADERNOS, 2001, p. 55).

Apesar de não se intitular um escritor ecológico, Brandão declara que teve uma ambição muito grande com o livro, que era “provocar um tal horror nas pessoas para que, em determinado momento, elas se perguntassem o que deveriam fazer para evitar aquilo tudo” (CADERNOS, 2001, p. 54). Os termos “aquilo tudo” remetem à degradação do meio ambiente e todas às suas conseqüências apresentadas no romance, ou seja, como evitar a poluição, a devastação, o desmatamento, o estado climático descontrolado, a falta de animais e bens naturais, como plantas e rios. Sendo assim, o autor apresentou questões ecológicas em seu romance com a intenção de despertar a consciência ambiental de seus leitores, para que eles se preocupem com o meio ambiente e o que acarretaria a destruição deste, o que mostra o engajamento político do romance para a preservação do *ecos*, ou seja, da casa do ser humano, a Terra.

Logo no início do romance temos o narrador-personagem Souza falando sobre a condição a que se submetem as pessoas em troca de um prato de comida e água, o que já indica um caso de violência objetiva: “As pessoas trabalham em troca de um prato de comida, um copo de água por dia. Não querem dinheiro, só comer e beber. Aí está a grande dificuldade” (BRANDÃO, 2008, 16). A escassez de alimentos e de água foi originada em função do desmatamento, da poluição e da invalidez do solo; como não é mais possível produzir alimentos, tudo é fabricado em laboratórios, o que faz com que produtos alimentícios e água sejam caros, acessíveis apenas para aqueles que possuem uma situação financeira altamente favorável. Sendo assim, as pessoas passam a trabalhar em troca de refeições e um copo de água por dia, o que, evidentemente, não é suficiente para uma pessoa manter-se saudável.

Ainda sobre a água, Souza nos conta que há fichas de água e, sendo assim, somente tem acesso a ela quem pode comprar as tais fichas. A água não sai mais das torneiras das residências e só é fornecida para o essencial, para beber, cozinhar e eventuais banhos. Há cotas também para obter as fichas, não é possível comprar quantas quiser e no dia em que desejar. A água, desse modo, deixa de ser um bem natural e um direito básico para todos, passa ser um bem para aqueles que podem comprá-la, ainda que parcamente.

A água passou, também, a ser uma espécie de objeto muito almejado, uma joia rara, e prova disto é o Museu dos Rios Brasileiros, popularmente designado como a “Casa dos Vidros de Água”. Local este que o narrador menciona ser “a maior prova contra o Esquema” (BRANDÃO, 2008, p. 110), um regime político bastante opressor, o qual explorou os bens naturais sem se preocupar com o futuro e vendeu parte do país para quem deseja explorá-lo, sendo, portanto, um dos grandes responsáveis pelas catástrofes ecológicas e políticas que acontecem no país, conforme a narrativa. No entanto, em uma tentativa de esconder a verdade, o Esquema e seus Civiltares reescrevem a História numa tentativa de apagar a memória do povo e dar outras interpretações acerca do futuro, tudo isto “Para que não sejam lembrados como novos Átilas, os devastadores” (BRANDÃO, 2008, p. 106).

O Museu dos Rios Brasileiros, vale mencionar, possuía “milhares de litros que continham as águas dos rios, riachos, ribeirões, nascentes, lagos, lagoas, fontes e olhos de água de todo o Brasil. [...] foi o mais completo museu hidrográfico do mundo, apreciado por especialistas do universo inteiro” (BRANDÃO, 2008, p. 163). Além disso, o espaço possuía uma discoteca, na qual havia relíquias “como o ruído das cachoeiras, principalmente da Foz do Iguaçu, o som da extinta pororoca, o murmúrio de regatos” (BRANDÃO, 2008, p. 163). Evidentemente, como era de se prever, pessoas sedentas, já doentes por causa da falta de água, invadiram o local: “As pessoas passaram a abrir os vidros e a beber a água. Bebiam e se molhavam. Saíam com as roupas ensopadas” (BRANDÃO, 2008, p. 164).

A falta de água gerou um caos social, no qual a população passou a fazer uso de violência para conseguir tomá-la. De início, quando as secas definitivas vieram após o grande deserto amazônico e já não havia uma gota de água nas represas de São Paulo, o povo ficou apavorado, “fazia promessas, enchia as igrejas. Organizavam procissões, novenas, romarias. Inúteis. Poços artesianos começaram a ser abertos às pressas, às centenas” (BRANDÃO, 2008, p. 116). Nada adiantou, nem as procissões, as rezas, as missas e as macumbas. A partir de então, padres passaram a gritar no púlpito que tinha chegado o juízo final. Depois disso, começaram a acontecer invasões em apartamentos e estabelecimentos diversos; eram os ladrões de água, em busca de matar a sede

a todo custo, com aparências anormais e assustadoras, que eram fruto das condições climáticas e da má alimentação e falta de água.

Sobre os alimentos, Souza declara que “Não chegamos a comer raízes porque elas não existem mais. Esgotamos praticamente tudo. Dependemos das indústrias químicas governamentais ou do que é importado das fechadas reservas multinacionais” (BRANDÃO, 2008, p. 36). Contudo, só compra tais alimentos, denominados factícios, quem tem um bom poder financeiro, assim funciona a sociedade existente no romance.

A relação com tais alimentos e produtos factícios “é marcada pela insatisfação profunda e pelo receio, justificado, que estes geram. São simulacros e carecem das propriedades dos alimentos orgânicos” (SILVA; SANTOS, 2014, p. 232). Sobre tais produtos, comenta o narrador:

Não se passa uma semana sem um produto novo. Coisas que tinham desaparecido voltam, uma vez conseguida sua reprodução no laboratório de Bem-Estar Social. Como o amendoim, a azeitona, o tomate, a cebolinha, a berinjela. Ou a semente de abóbora que se torrava e salgava. Outro dia, vi cambuquira.

[...]

A falta de cheiro nessas comidas vinda das indústrias ministeriais me inquieta. Sabe-se lá de que modo são sintetizadas. Se fazem água da urina, vai-se ver o que estamos a comer. Esses alimentos são assépticos demais. Deixam na garganta um sabor de plástico que demora a sair (BRANDÃO, 2008, p. 51-52).

A mesma insatisfação é válida para as flores e cheiros artificiais, os quais imitam os extintos cheiros da natureza, tais como:

Folha Seca, Folha Podre Úmida, Eucalipto no Fim da Tarde, Coqueiro, Flores, Verduras, Café Torrado, Papel Novo, Algodãozinho, Chá Mate, Bosta de Vaca, Leite Queimado na Chapa. Pão de Forno, Serraria Depois de Cortar Tronco de Cedro, Alfazema, Jasmim, Igreja na Hora da Benção, Sanitário Limpo de Cinema, Moça que Tomou Banho com Sabonete, Roupa Passada, Jatobá Aberto, Frango Assado, Jaca, Hálito de Criança Após Escovar o Dente. E mais uns duzentos. (BRANDÃO, 2008, p. 92-93).

Souza alerta para o fato de que existe um jogo por trás das comidas factícias. Existe uma química nos alimentos, uma arma infalível de controlar o povo. Nos alimentos, há “Os aditivos tranquilizantes. Doses homeopáticas, que vão minando o organismo. Corroendo a vontade, acomodando” (BRANDÃO, 2008, p. 124). Desse modo, a tranquilidade é injetada direto nos corpos da população sem nenhuma dificuldade, uma vez que todos necessitam se alimentar ou morrem de fome.

Souza declara que não gosta do Esquema, em diálogo com seu sobrinho que faz parte dessa organização política: “Não gosto do Esquema, não posso gostar. Tudo que está aí foi por causa dele”. E argumenta: “Tudo. O país despedaçado, os brasileiros expulsos de suas terras, as árvores esgotadas, o deserto lá em cima” (BRANDÃO, 2008, p. 79). Ele acredita que o país foi dividido, retalhado, entregue e vendido, que é explorado por outros países, graças ao Esquema. Poucos dos alimentos ainda existentes no mundo são importados a preços não muito acessíveis, tais como: sal, açúcar, minério de ferro, xisto, feijão, eletricidade, papel, plásticos, entre outros. De acordo com ele, no país “importamos tudo de nós mesmos. Mandamos buscar ali em cima, onde antes era o norte do Mato Grosso, o Maranhão, o Pará” (BRANDÃO, 2008, p. 81).

Como consequência de um violento desmatamento, há no país o denominado Tempo Intolerável, sobretudo em regiões do Nordeste brasileiro. As pessoas não podiam sair mais de casa, chapéus não resolviam, guarda-chuvas também não: “Você saía à rua, em alguns segundos tinha o rosto depilado, a pele descascava, a queimadura retorcia” (BRANDÃO, 2008, p. 205). Nas regiões de maior quentura, havia verdadeiros bolsos de ar quente e quem caía dentro de um não se salvava: “O sol atravessava como verruma, matava. [...] A gente via, a alguns passos, a pessoa murchando, secando, desidratada, a pele se desgrudava como folha seca, mais um pouco e os ossos dissolviam” (BRANDÃO, 2008, p. 205).

Os Civiltares passaram a utilizar esses bolsões como meio de repressão, ameaçavam presos, desafetos, subversivos e inimigos de jogá-los nessas zonas de grande quentura como castigo: “Fala, ou te joga aí” (BRANDÃO, 2008, p. 205). Se jogados, os corpos desapareciam, sem nenhum vestígio de crime, e assim os policiais saíam da situação como inocentes.

Já em São Paulo, quando o sol começa a fritar miolos e a matar mais que a fome, o Esquema divulgou a sua solução, um novo projeto arquitetônico: As Marquises Extensas. A grande solução para os dias de sol muito quente era anunciada da seguinte maneira: “O ESQUEMA ESTÁ ENTREGANDO AS MARQUISES, A GRANDE SOLUÇÃO PARA OS DIAS DE CALOR – NINGUÉM MAIS AO DESABRIGO – ESPLÊNDIDA REALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO SOCIAL” (BRANDÃO, 2008, p. 331).

Nas Marquises não há sinal de ventilação, há pouquíssimas lâmpadas e quase não se vê banheiros e bebedouros. Além disso, não é qualquer pessoa que tem direito a ficar embaixo das Marquises, pois as pessoas passam por um exame que dirá se elas estão ou não saudáveis, caso não estejam, mandá-las para serem protegidas é perder tempo e espaço. Nas Marquises Extensas, há superlotação, o que não fazia o ambiente ser nem minimamente agradável; mais fracos e velhos eram costumeiramente espremidos e jogados para além dos limites das Marquises e, em questão de minutos, desapareciam como se jamais tivessem existido.

Souza apresenta, ainda, uma síntese do que seria São Paulo no momento da narrativa: “parece ficção científica. São Paulo fechado, dividido em Distritos, permissões para circular, fichas magnetizadas para água, uma superpolícia como os Civiltares, comidas produzidas em laboratório, a vida metodizada, racionalizada” (BRANDÃO, 2008, p. 109). E continua dizendo “O que há em São Paulo? Um amontoado de acampamentos. Favelados, migrantes, gente esfomeada, doentes, molambentos que vão terminar invadindo a cidade. [...] Não há o que comer!” (p. 109).

Outro ponto importante a ser destacado é quando Souza, ao narrar, fala com o leitor: “Temos de convir. Vocês são felizes conhecendo coisas que estão por vir. Nem todo mundo tem esse privilégio” (BRANDÃO, 2008, p. 330). Souza prossegue dizendo: “Não me perguntem: o que podemos fazer para evitar que tal época venha a existir? Se moverem um parafuso dentro da ordem das coisas, o que estou vivendo não acontecerá” (BRANDÃO, 2008, p. 330). Nesse momento da narrativa, temos Souza falando a um narratário de modo bastante explícito, ou seja, uma “instância à qual o narrador conta a história, ou parte da história” (AGUIAR E SILVA, 1983, p. 698).

Não há como identificar a quem, de fato, Souza se dirige, uma vez que apenas é dito por ele “Vocês”, isto é, não sabemos quem é seu narratário, apenas temos claro que o narrador-personagem projeta “no enunciado as interrogações do narratário a que procura dar resposta” (REIS; LOPES, 1988, p. 63). O que podemos asseverar é que o narrador-personagem dá um alerta para o narratário, coloca-se na posição de aquele que vem, por meio do texto, alertar ao narratário para que se mova, faça algo para que o país não chegue ao caos existente no contexto narrativo, isto é, para que não deixem que o país seja desmatado, que animais e plantas morram, que as águas sequem, que uma forma repressiva, muito semelhante ao período ditatorial brasileiro, governe o povo.

Além disso, quase no fim do romance, indaga-se sobre onde estava o futuro, e ele mesmo responde ao seu questionamento:

Ficou enterrado nas areias contaminadas de Angra dos Reis. Tinha escorrido pelo leito seco dos rios. Perdido nas dunas amareladas do deserto Amazônico. Estraçalhado nas ruínas dos postos de gasolina. Tinha sumido nos terremotos e nos incêndios de bairros, vilas, cidades, matos e campos (BRANDÃO, 2008, p. 366).

A narrativa é toda permeada por questões ambientais. O romance se passa em um período da história brasileira no qual já não existem mais árvores, frutas, flores, legumes, verduras e grãos. Não há mais animais, portanto, não há mais ovos, carne, leite e seus derivados. Não há mais rios, mares, lagoas, riachos e represas. A cidade já não consegue comportar mais ninguém. Os prédios

tomaram conta de tudo. Os carros já não andam mais. Há fichas de circulação que controlam o ir e vir dos sujeitos. Os pobres são excluídos, quase exilados, obrigados a morar em locais distantes, repletos de lixo e podridão. O sol tem aniquilado vidas, em função da destruição da camada de ozônio. Pessoas estão morrendo de fome, de sede e de inúmeras doenças. Muitos roubam, matam e invadem casas à procura de um pouco de alimento e água. Há o Esquema e seus Civiltares, os quais comandam São Paulo e que, em função de manter a ordem e organização da cidade, as quais são julgadas corretas e ideais, usam de todos os meios violentos que julgam necessário em função do poder que têm.

Todas as questões ambientais no romance são apresentadas de modo a caracterizar um ambiente hostil, tomado pelo caos social e político existente em São Paulo. Esse caos representa o declínio de uma cidade sem condições climáticas, devido ao desmatamento, à poluição e contaminações nucleares. Tudo isso é fruto de uma violência objetiva, também chamada de violência sistêmica, por ser decorrente de um sistema, conceito este já apresentado anteriormente, que é postulado pelo filósofo Slavoj Žižek.

Dentro do romance, essa violência objetiva e, conseqüentemente sistêmica, é caracterizada pelas catástrofes que acontecem em função do mau funcionamento da economia e do sistema político tanto de São Paulo quanto de todo país. É fruto dos erros e má gestão do regime vigente, que neste caso em específico é o Capitalismo Global, o qual implica a exclusão de indivíduos, cujos direitos básicos deixam de existir.

Nas camadas mais pobres da sociedade, a exploração e a opressão são muito mais evidentes, pois não tendo poder financeiro e nem possibilidade de emprego, os indivíduos acabam roubando ou morrendo de fome e de sede. Além disso, não tendo como ser inseridos em uma sociedade em que apenas quem tem muito dinheiro consegue o básico, os miseráveis misturam-se ao lixo, no qual tentam obter restos de alimentos factícios e não conseguem se proteger dos efeitos solares que aniquilam todos aos poucos.

Muitas das questões caras aos estudos ecocríticos, como a poluição, o desmatamento, a habitação da terra, os animais e as plantas, são apresentadas no romance de Ignácio de Loyola Brandão, mas de forma apocalíptica, prevendo um futuro, como o próprio narrador declara em diálogo com um possível leitor (conforme citado anteriormente), o que caracteriza uma sociedade permeada pela violência objetiva.

No que diz respeito ao meio ambiente, as imagens apocalípticas de *Não verás país nenhum* nos mostram a relação do ser humano com o mundo natural em que vive. Relação esta marcada pelo desmatamento, poluição e total exploração do meio ambiente. Sendo assim, dentre as vertentes da ecocrítica comentadas por Greg Garrard, em seu livro *Ecocrítica*, duas muito se

assemelham ao que é apresentado no romance de Brandão, a dos ecomarxistas e a dos ecologistas sociais, uma vez que ambos têm a visão de que “os problemas ambientais não podem ser claramente divorciados de coisas mais comumente definidas como problemas sociais, tais como a precariedade da habitação ou a falta de água potável” (GARRARD, 2006, p. 49).

Um romance como esse pode levar os leitores a abrirem os olhos para o futuro da natureza e provocar questionamentos: “A natureza existirá no futuro?”; “Como vamos nos alimentar, beber, vestir e morar daqui alguns anos, se continuarmos desmatando e poluindo o meio ambiente?”; “O que podemos fazer para que as catástrofes ecológicas, tais como as do romance ou até piores, não ocorram?”. Estes questionamentos são um dos pontos fundamentais da ecocrítica, pois o que ela visa não é responsabilizar alguém por desastres ambientais, dizer o que somos enquanto seres humanos, nem mesmo dizer que podemos ser melhores, mais naturais ou primitivos, mas, sim, fazer-nos enxergar o que fazemos em relação ao meio ambiente, ou seja, como nos relacionamos e tratamos a Terra. Desse modo, “A ecocrítica não buscaria, portanto, um discurso mais verdadeiro ou esclarecido sobre a natureza, porém uma retórica mais eficaz de transformação e amenização” (GARRARD, 2006, p. 106), isto é, a ecocrítica pretende a busca de retóricas que transformem o modo de pensar de todos nós acerca do meio ambiente para eliminar o mal que fazemos para a natureza.

É importante destacar que as estratégias retóricas que proporcionam uma maior “conscientização verde”, se assim é possível dizer, são as apocalípticas:

[...] o apocaliptismo liga-se inevitavelmente à imaginação, porque ainda está por vir. Para usar o termo narratológico, ele é sempre “proléptico”. E se, no plano sociológico trata de “um gênero nascido da crise”, ele é também, necessariamente, uma retórica que tem de agitar essas crises até levá-las a proporções apropriadas ao fim dos tempos (GARRARD, 2006, p. 125).

O texto de Ignácio de Loyola Brandão se insere na literatura apocalíptica, uma vez que busca representar aquilo que poderá vir a ser o futuro de uma cidade como São Paulo. Tudo no romance é uma representação de um futuro que pode ser grandemente catastrófico, permeado pela violência objetiva (sistêmica), em decorrência da falta de cuidado e preservação do meio ambiente. Essa representação é declarada pelo próprio autor como intencional, informações estas presentes tanto na orelha de seu livro, nas mais diversas edições, quanto em entrevista aos *Cadernos de Literatura Brasileira* (2001), conforme já destacado anteriormente neste estudo. Ele almejava despertar em seus leitores, sobretudo nos jovens, o abrir de olhos para o que pode ser de nós no futuro sem a natureza preservada.

O ecocrítico Garrard assevera que a retórica apocalíptica tem um papel fundamental, porque “afigura-se um componente necessário do discurso ambientalista. É capaz de eletrizar os militantes, converter os indecisos e, quem sabe, em última instância, influenciar o governo e a política comercial” (GARRARD, 2006, p. 149). Afinal, quando nós imaginamos que um planeta, um continente, um país ou cidade tem futuro e que ele pode ser catastrófico é quando tenderemos a assumir uma postura crítica e responsável perante o meio ambiente. E esse papel fundamental *Não verás país nenhum* cumpre com maestria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título do romance, *Não verás país nenhum*, é uma clara alusão irônica aos versos de Olavo Bilac: “Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste! / Criança! Não verás nenhum país como este!” (BILAC, 1949, p.17) que abrem o poema “A Pátria”. O movimento paródico deveria carregar o texto de humor, ainda que de um humor doloroso, entretanto, o título do romance é carregado de um tom pessimista, uma vez que “No texto de Brandão, torna-se revelador que a pátria do poema de Bilac não existe mais. O que sobra é a pergunta feita pelo narrador personagem no início do livro: “Vivemos?”” (DIOGO, 2013, p. 281).

Ao seguirmos a narração de Souza, ex-professor de História, percebemos que todos os fatos são permeados pela falta de recursos naturais, próprios do meio ambiente, como plantas, água e alimentos, além da falta de animais de todas as espécies. E ao percebermos a presença de um meio ambiente devastado e a inexistência de recursos naturais, podemos observar também uma carga de violência nas linhas da narrativa.

Por meio do conceito de ecocrítica, postulado por Greg Garrard, e do conceito de violência objetiva, de Slavoj Žižek, tornou-se possível estudar a presença das questões ambientais no romance de Ignácio de Loyola Brandão. *Não verás país nenhum* é permeado por catástrofes ambientais, oriundas do mau funcionamento do sistema político e econômico de São Paulo, em função do Capitalismo Global que tente a excluir e aniquilar direitos básicos, sobretudo para os mais pobres. É visível uma falta de comprometimento com o meio ambiente e uma grande exploração deste, uma vez que não existem mais alimentos orgânicos, plantas, animais, água em seu estado puro e camada de ozônio, fazendo com que o sol aniquile vidas.

O romance de Ignácio de Loyola Brandão apresenta o meio ambiente não como mero espaço onde decorrem as ações dos personagens, mas como parte da composição da narrativa, pois a devastação, poluição e degradação prova que a história humana está relacionada à natureza. O ser humano depende da natureza para sobreviver, a escassez de recursos naturais faz da sociedade um

caos constante, permeado pela fome, pela sede, pela violência e pela morte. A partir do texto de *Não verás país nenhum* fica evidente que a responsabilidade pelo meio ambiente é do ser humano, ou seja, cabe a ele ser ético perante questões ambientais; sendo assim, o próprio romance carrega em suas linhas uma orientação ética.

O caráter apocalíptico de *Não verás país nenhum*, embora seja imaginativo, sobretudo no período de escrita e publicação do livro, prevê questões que já podem ser encontradas atualmente na cidade de São Paulo, como a superpopulação e a escassez de água. Também as nossas florestas estão grandemente devastadas. O mesmo vale para os governos opressores que exploram os operários, que cada vez têm menor qualidade de vida por causa da falta de direitos básicos. O romance, com suas catástrofes e perigos, é uma espécie de alerta, um modo de chamar a atenção para o que poderá ser de nós, caso não cuidemos do planeta e não tomemos posturas éticas perante questões ambientais. Nós, seres humanos, somos dependentes do meio ambiente e pouco temos cuidado dele efetivamente, sendo assim não só o perigo de falta de recursos naturais é iminente como já está em andamento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Livraria Almedina, 1983, p. 698-699.

BILAC, Olavo. A Pátria. In: BILAC, Olavo. **Poesias infantis**. 17. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1949.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Não verás país nenhum**. São Paulo: Global, 2008.

CADERNOS de literatura brasileira. **Ignácio de Loyola Brandão**. N. 11. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles, 2001.

DIOGO, Renildo Felipe. Não verás natureza alguma: imagens do caos na distopia de Ignácio de Loyola Brandão. In: ENCONTRO DE DIÁLOGOS LITERÁRIOS, 1, 2013, Campo Mourão. **Anais...** Campo Mourão: Unespar, 2013, 281-290.

GARRARD, Greg. **Ecocrítica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

JARDIM, Maiara Usai; LIBANORI, Evely Vânia. Os animais não humanos em *Perto do Coração Selvagem*, de Clarice Lispector. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim/MS, v. 5, n. 9, jan./jun., 2014. Disponível em <http://revistarascunhos.sites.ufms.br/files/2015/03/9ed_artigo_7.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

SANTOS, Estela Pereira dos; SILVA, Marisa Corrêa. Manifestações de violência(s) no romance *Não verás país nenhum*, de Ignácio de Loyola Brandão. **Muitas Vozes**, v. 4, n. 2, p. 227-237, 2015.

SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 341-418.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

Title

Ecological issues in *Não verás país nenhum*, by the writer Ignácio de Loyola Brandão.

Abstract

The novel *Não verás país nenhum* (2008), by the Brazilian writer Ignácio de Loyola Brandão, was published in the 1980s and to this day is much read and impresses its readers due to its apocalyptic character with regard to ecological issues. The narrator and character, Souza, tell us about what could become our country, a total chaos created by the human being himself over time. In the novel, there is a frightening shortage of food and water; the prohibition of the free movement of the population; the oppression; the authoritarianism; the falsification of history; the sun annihilating lives; the hunger killing more than the sun and the strong presence of violence. This paper, therefore, aims to study the ecological questions that is presented in this literary work, articulating two theoretical concepts: the ecocriticism concept, postulated by the professor Greg Garrard, on the book *Ecocrítica* (2006) and objective violence, discussed by the Slovenian philosopher and psychoanalyst Slavoj Žižek on the book *Violência: seis reflexões laterais* (2014). By applying the concepts in an articulated way, we conclude that Brandão's novel is permeated by environmental catastrophes stemming from the malfunctioning of the political and economic system, due to Global Capitalism that excludes and annihilates fundamental human rights.

Keywords

Não verás país nenhum; Ecocriticism; Objective violence; Slavoj Žižek.

Recebido em: 04/06/2018.

Aceito em: 04/08/2018.